



JURIS

Índice

- 5 BENJA SATULA
Nemo tenetur se ipsum accusare. Direito ou princípio?
- 23 CARLOS PEDRO MONDLANE
A Instrução Preparatória e o Interrogatório do Arguido em Moçambique
- 53 CARLOS PINTO DE ABREU
Intervenção sobre o direito a um Juiz das Liberdades
- 75 DALVAN COSTA
Legalidade Penal e Constituição. Da Constitucionalidade do artigo 28.º da Lei dos Crimes Contra a Segurança de Estado
- 91 NALDEMAR LOURENÇO
Responsabilidade Penal das Pessoas Coletivas. *Societas delinquere non potest*
- 115 PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE
A lei das Medidas Cautelares à Luz da Jurisprudência e Instrumentos Internacionais
- 133 VASCO GRANDÃO RAMOS
As Garantias do Arguido e a Lei das Medidas Cautelares
- PARECERES
- 155 JOSÉ LOBO MOUTINHO
A “interrupção de gravidez não punível” no Anteprojecto do Código Penal de Angola. Algumas notas
- 189 PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE
Parecer
Processo 1765/07, dos Juízos Criminais do Tribunal Provincial de Luanda